

A CRIAÇÃO DE SIGNIFICAÇÕES GEOGRÁFICAS FUNCIONAIS ATRIBUÍDAS A FRONTEIRA NO OESTE DE SANTA CATARINA DURANTE A FORMAÇÃO TERRITORIAL (1880-1940)

Cristina de Moraes

Doutora em Geografia (UNESP/Rio Claro). Professora Substituta no Departamento de Geografia/Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

E-mail: cris2.moraes@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo discorrer sobre as significações, topônimos e discursos geográficos funcionais que foram atribuídos ao atual Oeste catarinense, durante o período de 1880-1940. Além de analisar a funcionalidade destes, é também analisada a possibilidade de uma especificidade advinda da condição fronteiriça e do litígio existente com a República Argentina. É explorado como que a articulação entre disposição de topônimos em representações cartográficas ou textos à um dado espaço pode operacionalizar uma leitura e interpretação específica acerca daquele espaço.

Palavras-chave: *Topônimos. Fronteira. Litígio. Discurso Geográfico.*

Introdução

Ao reler o dossiê “Questão de Limites – República Argentina” que foi elaborado pelo Barão do Rio Branco em 1894, chamou a atenção a colocação sugestiva que a designação atribuída ao litígio “Questão das Missões” era imprópria, visto que a área jamais havia pertencido as Missões Jesuíticas. Essa afirmação está no IX capítulo do referido documento, sob o índice de “O território em litígio nunca fez parte do de Misiones”. Abaixo reproduzo parte da colocação do Barão do Rio Branco:

No rio da Prata o litígio atual entre o Brasil e a República Argentina é sempre denominado – questão de Misiones, – designação que alguns escritores brasileiros têm adotado nestes últimos tempos. Do ponto de vista argentino, ela é bem aplicada porque o litígio versa sobre qual deva ser o limite oriental do território argentino chamado de Misiones; mas do ponto de vista brasileiro, e considerando-se a história geográfica da América do Sul, essa designação é imprópria e inexata, porque o território brasileiro que a República Argentina deseja adquirir com a substituição do PepiriGuaçu e Santo Antônio do Tratado de 1777 pelos dois rios mais orientais, inventados em 1788 e 1791, nunca fez parte da antiga província das Missões da Companhia de Jesus no Paraguai, depois chamada pelos espanhóis – província de Misiones. (Rio Branco, 2005, p.211)

Assim sendo, não fazia mais sentido identificar o litígio como Questão das Missões, como era conhecido não apenas na Argentina, mas no Brasil. Para Rio Branco, a designação correta era Questão de Palmas, visto que esse era o nome adequado da área em disputa. Com essa argumentação, o plenipotenciário brasileiro também recusava reconhecer a nomenclatura de Missões para identificar o litígio. Por um lado, isso explicava o porquê a mesma questão é conhecida por nomes diferentes nos dois países ou ainda porque em alguns documentos

históricos brasileiros não é encontrada a mesma nomenclatura como atualmente conhecemos. Na época da leitura, chamou a atenção a importância atribuída a mudança da designação da questão litigiosa, ou seja, o quanto que era pertinente recusar a significação feita pelo país oponente. Isso deixava implícito que a relação entre toponímia/significação e um dado espaço não é apenas para fins de localização e construção de um saber locacional. Mas que perpassa a própria forma como um dado espaço é lido, interpretado e mesmo, explicado.

Como esta releitura do dossiê ocorreu na etapa final do doutorado, também já era de domínio que após a resolução da questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, a parte que coube ao estado catarinense foi significada como “sertão”. Um termo que na formação territorial do Brasil foi usado para indicar áreas desconhecidas, supostamente “vazias” demograficamente, suscetíveis ao avanço de uma fronteira econômica. No intervalo de tempo analisado, ou seja, entre 1880 a 1940 é possível identificar três significações distintas para a área em estudo. Antes de apresenta-las, é importante discorrer sobre o recorte temporal proposto. Embora os Campos de Palmas possam ser considerados como fundos territoriais muito antes de 1880, é a partir deste período que as práticas espaciais para apropriação deste espaço tornaram-se mais intensas e contínuas (MORAES, 2018). Posto isso, a sequência de nomes/significações para a área de estudo, foi a seguinte: primeiro Campos de Palmas depois seguido de “sertão” e este último concomitante ao topônimo de Chapecó. Nesta mesma linha teríamos então primeiramente uma condição de área dominada, conhecida para depois tornar-se desconhecida e abandonada (sertão). A sequência, conhecida e desconhecida não faz sentido de imediato, porém, suscita uma estratégia territorial articulada entre topônimos e discursos geográficos. Ainda em relação a periodicidade do objeto analisado, é importante assinalar que é possível identificar três contextos históricos particulares que auxiliam o entendimento do uso de cada significação e topônimo. Estes contextos, que funcionam como subperíodos são: a questão litigiosa com a Argentina (para o qual mantém a identificação Campos de Palmas); seguido da questão litigiosa com o Estado do Paraná (período no qual observamos o predomínio da significação sertão e fronteira oeste) e por fim, com o desenvolvimento do processo de colonização e integração territorial da área que coube ao Estado de Santa Catarina, são oficializados os topônimos Chapecó e Cruzeiro, e conjuntamente com estes, são identificadas significações que transitam entre o sertão, Oeste catarinense, Oeste (associado com o imaginário da fronteira Oeste dos EUA) e com a construção da nação.

A partir dessas observações e da premissa que os topônimos e significações desempenham papéis estratégicos nos processos geográficos, propõe-se duas perguntas para a temática, as quais são norteadoras do desenvolvimento deste trabalho. São elas: a) Qual a especificidade deste espaço, que fez com que, primeiro tivesse uma nomeação (Campos de Palmas), para considera-lo como um *sertão*, retirando a identificação já existente? b) O que cada nome e/ou termo representou no interior dos processos geográficos em curso? Aqui, interessa não apenas o significado do nome, mas o que o ato de nomear, ou significar, desempenhava na formação desta área de fronteira. A primeira pergunta tem uma resposta mais explícita nas considerações finais deste trabalho, enquanto que ao longo do texto dos demais itens, a resposta da segunda questão vai adquirindo corpo.

Para contemplar esta proposta, além desta introdução, o trabalho está dividido da seguinte forma: uma contextualização das implicações do topônimo Campos de Palmas, seguido de um item para abordar os elementos geográficos do período que predominam o topônimo Chapecó e o termo *sertão*. Por fim, são apresentadas as considerações finais. A seguir também apresentamos a localização da área de estudo do presente trabalho, porém, nas atuais delimitações acordadas em 1916. A área correspondente aos Campos de Palmas (escala a partir da qual iniciamos este estudo) pode ser observado na Figura 02. A atual mesorregião do Oeste catarinense pode ser observada na Figura 01, que está abaixo.

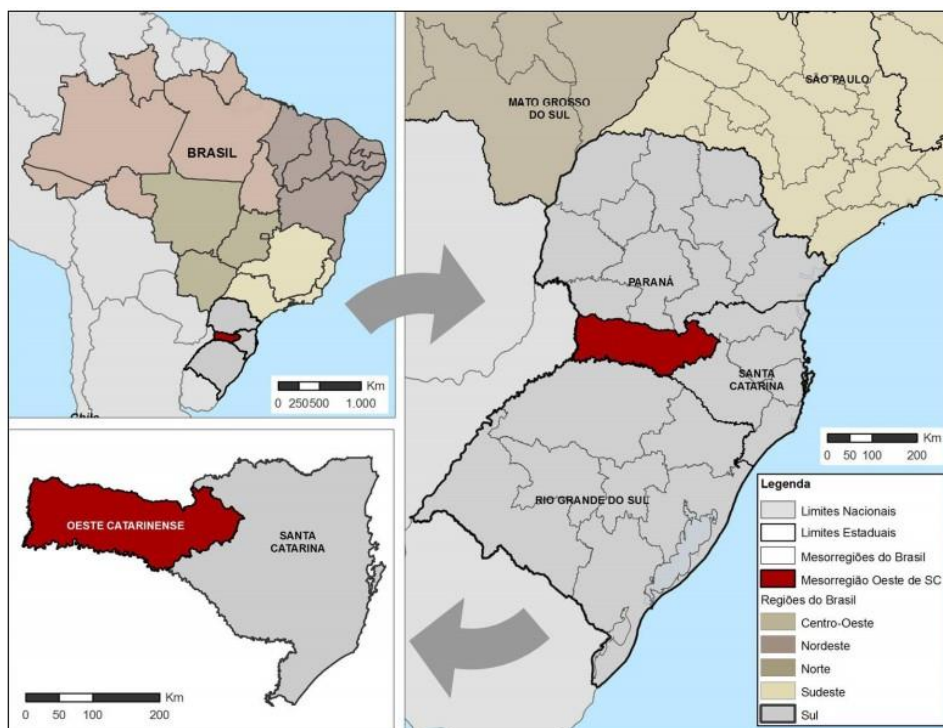


Figura 01: Localização da Mesorregião do Oeste catarinense.
Fonte: RAMMÉ, 2011.

Apropriar e nomear: o topônimo Campos de Palmas como estratégia de conquista espacial

No processo de integração do território, também compõe o conjunto de práticas políticas a construção de imagens sobre os espaços a serem integrados. Deste modo a formação territorial comporta uma dimensão da geografia material (substrato físico) e também daquilo que pode ser identificado como geografia imaterial. Embora em trabalhos acadêmicos é possível encontrar referência a estas duas dimensões separadamente, isso deve-se a uma prática metodológica visando compreender melhor uma ou outra, visto que na sua dimensão concreta, ambas são constituintes e articuladas na formação dos territórios. Os discursos geográficos, integrantes desta geografia imaterial, possuem papel primordial por orientar as práticas sociais e relações. Servem, portanto, como norteadoras das possíveis leituras espaciais a serem construídas. Nos processos de conquista ou formação territorial, a construção de imagens em relação à área cobiçada desempenha o papel de fomentar e justificar as práticas advindas dessa conquista. Posto isso, a confecção desses termos perpassa a formação do território, uma vez que desempenha papel estratégico para reiterar uma dada ideologia (e seus desdobramentos).

Compreende-se que as motivações que impulsionam a expansão de um Estado não são orgânicas, mas de natureza histórica, inscritas pelas decisões e ações de indivíduos concretos. Nessa perspectiva, acata-se que o território deve ser entendido em um arcabouço processual, de ângulo histórico, que atenta para as ações particularizadoras da relação sociedade e espaço, que configuram a formação territorial de um dado Estado (MORAES, 2002). Ainda importa considerar para apreensão da formação territorial as relações de poder que são produzidas e que produzem o próprio território (SOUZA, 1995; RAFESTTIN, 1993; GUICHONNET; RAFESTTIN, 1979), mediante a tessitura de um sistema territorial para controle de informações e energia (RAFESTTIN, 1993), no qual as fronteiras e os limites são compreendidos como uma informação que estrutura o território e que possui intrínseca relação com as produções econômicas (RAFESTTIN, 1993; MACHADO, s/d), bem como com o sistema jurídico internacional¹.

As imagens, significações e discursos, elementos constituintes das ideologias servem como forças impulsionadoras para a consolidação de interesses que estão diretamente relacionados às condições materiais de existência dos grupos que as realizam. Devido a este

¹ A importância do sistema jurídico na conformação dos territórios deve-se ao reconhecimento internacional dos limites requisitados por um dado Estado, sobretudo em situações de litígio. Nesses casos, embora são importantes as ações de valorização simbólica e material, a definição da soberania sobre uma porção do espaço perpassa a compreensão jurídica, geralmente em arbitramentos.

determinante das condições materiais, essa construção semântica pode ser tomada como fecundo material de leitura para apreender as intenções e expectativas do período em que decorre o processo.

As áreas de fronteira e/ou de soberania imprecisa são espaços para os quais o discurso geográfico detém uma importância ímpar². Isto ocorre porque tanto pelo fato da efetividade deste discurso pode resultar em uma conservação, perda ou conquista de patrimônio territorial. Outro elemento que atribuiu significativa importância para um discurso fronteiriço é que a resolução de uma questão territorial internacional perpassa a delicadeza do convencimento da argumentação sustentada como também pelo jogo de interesses dos agentes envolvidos (que não se resume somente aos agentes litigantes, mas no interior da geopolítica mundial).

Como componente principal das questões litigiosas, há um discurso fronteiriço. O que requer pensá-lo, dando-lhe corpus espacial, imagético e semântico, a fim de tecer considerações acerca do imaginário do território nos processos de expansão da fronteira. Integrantes desse discurso fronteiriço são a geopolítica toponímica e, também, as práticas de valorização simbólica que, conjuntamente, podem ser criadas/motivadas durante a questão litigiosa. Ao mesmo tempo em que essa questão permite o emprego no discurso territorial, possibilita que ele seja criado materialmente. Como exemplo, menciona-se o desenvolvimento de povoados, colônias militares entre outros, que tinham como intuito habitar essa área em um momento histórico mundial que o povoamento era concebido como manifestação da capacidade de um dado Estado cumprir com a “missão civilizatória” dos espaços.

Para o recorte temporo-espacial realizado (1880-1940), é possível identificar que houve uma transição de três nomenclaturas para a área, com seus respectivos discursos, no decorrer do processo de inserção desse fundo territorial. Até a primeira década do Oitocentos é possível encontrarmos a designação Ibituruna; seguida de Campos de Palmas. Após o acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina, a área dos Campos de Palmas foi dividida entre os dois estados, sendo que na porção catarinense foram criados os

² A partir de uma perspectiva histórica, uma revisão da literatura nos indica que o termo “fronteira” na língua francesa é a forma substantiva do antigo adjetivo “frontier”, derivado de “front”, que remetia à compreensão daquilo que está à frente, identificando áreas de passagens de uma forma de ocupação à outra. São designações que remontam ao século XIII. Na literatura anglo-saxônica, é possível identificar o emprego de dois termos muito próximos, que seriam “frontier” e “boundary”, sendo que o último designa o que compreendemos como limite, ao referir-se a uma delimitação precisa e que surgiu no século XVII. Já o primeiro se refere à noção de “frontier” no francês e fronteira no português, relacionando-se às faixas ou zonas, conforme apresentado no início deste parágrafo (GUICHONNET; RAFESTTIN, 1974; FOUCHER, 1991). Para Rafesttin (1993, p.165), limites correspondem a um “sistema sêmico utilizado pelas coletividades para marcar o território: o da ação imediata ou o da ação diferenciada” e justificam territorialmente as relações de poder conferidas por um grupo social ou instituição (Estado, por exemplo).

municípios de Chapecó e Cruzeiro. Nas primeiras décadas de colonização destes municípios é possível identificar que a área foi significada como “sertão”³ e, gradativamente, surgem topônimos ou nomes para designar a sociedade advinda da colonização: Oeste catarinense, região Oeste⁴, assim como vão surgir as emancipações de distritos. É possível identificar, então, dois períodos em que os topônimos e significações são construídos. O primeiro está relacionado com o litígio internacional e perdura até a sua resolução (1895), tendo como predominante o topônimo de Campos de Palmas e um discurso claramente fronteiriço; e o segundo período que corresponde após o Tratado de Palmas, no qual as políticas territoriais voltadas mais a formação interna do território torna-se expressivas. Neste segundo período encontram-se topônimos já vinculados ao Estado catarinense (Chapecó e Cruzeiro) conjuntamente com o termo sertão.

É importante considerar que produção de representações e discursos correspondentes às ideologias em profusão são elucidações que visavam realizar um ajuste entre a imagem representada do espaço e as estratégias geopolíticas em questão. Diferentemente das semantizações que expressam relações afetivas construídas ao longo do tempo com um dado espaço, como os cronotopos (ZAMORRA, 1993) ou as paisagens místicas das populações tradicionais, as representações aqui mencionadas são designações que evidenciam a ausência de espontaneidade na relação com o espaço, visando dar concretude no substrato material do espaço.

Situado entre os rios Iguaçu e Uruguai, a área que também já foi identificada pelos indígenas como Campos de Ibituruna (NIMUENDAJU, 1944⁵) ou ainda como Butiatuba (MENDES, 1989⁶) sempre foi interpretada como uma área estratégica para questões de geopolítica – visto a possibilidade de interiorização continental possível de realizar pelos rios que constituem a bacia platina. Essa característica geográfica foi interpretada como uma área de importância para ambas as Coroas que iniciaram a colonização na América. E em virtude do padrão de apropriação espacial efetuada pelos colonizadores foi transformada em uma vasta fronteira entre dois domínios territoriais. A importância de estabelecer uma linha limítrofe entre ambas as Coroas não foi negligenciada pelas autoridades ibéricas, porém, uma

³ Legalmente a área já pertencia a Santa Catarina, portanto, correspondia ao município de Chapecó. Todavia, observa-se um emprego significativo nos discursos sobre essa área a partir da significação de sertão. Parece que o conteúdo semântico do município de Chapecó estava dado pela significação de sertão.

⁴ Em relação à sertão, embora a nomenclatura da unidade administrativa permaneça (Chapecó), é o conteúdo dela que muda. Essa mudança está atrelada com a colonização. A intensidade do processo de colonização é que demarca a transição de Chapecó-sertão para Chapecó-Chapecó.

⁵ Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes, de autoria de Curt Nimuendaju

⁶ Adilson Miranda Mendes. Origem e composição das fortunas na sociedade tradicional paranaense – Palmas 1859-1903. Dissertação em história. Curitiba, PR, UFPR, 1989.

delimitação precisa e destituída de dúvidas teve como adversário a reação dos guaranis devido a decisão de negociação com o território missioneiro, que culminou com a Guerra Guaranítica (1753-1756). Bem como, outro adversário foram as características do terreno. De difícil acesso, praticamente inalcançáveis para as tecnologias do período, determinados trechos do trajeto limítrofe só foram realmente reconhecidos e analisados in loco no início do século XX, mediante a existência e uso do teodolito⁷.

A conquista dos Campos de Palmas, realizado entre os anos de 1836 a 1840⁸, representou a interiorização do Império do Brasil, estabelecendo a Vila de Palmas como um ponto avançado de sua presença e desmembrando uma área que antes era integrada aos Campos de Guarapuava. No processo de expansão da colonização lusitana, alguns topônimos indígenas foram incorporados ao saber espacial dos colonizadores, visando com isso, realizar uma apropriação do conhecimento espacial que os indígenas haviam produzidos sobre seus territórios. Desta prática, ainda foram originados topônimos híbridos, constituídos tanto pela designação indígena quanto uma significação lusa, algumas vezes uma hagiotoponímica (como São Paulo de Piratininga). Para a área em estudo, um topônimo que aparece em antigos mapas e que também é mencionado por Rio Branco é Ibituruna ou Campos dos Ibiturunas – que correspondia a uma área de domínio indígena. Esse domínio indígena tornou-se em grande parte conhecido após a disseminação de mapas confeccionados a partir dos mapeamentos e registros geográficos dos padres jesuítas. Todavia, esse sistema cultural toponímico (KANTOR, 2009) híbrido que preserva uma herança indígena na nomenclatura não foi constituinte dos topônimos empregados para os Campos de Palmas.

Ao analisarmos alguns mapas do século XIX, podemos identificar o registro a outras localidades, domínios e usos articulados com o domínio brasileiro (como Campos Erê, Fazenda Santana, Colônias Militares), porém, a grande área é ainda identificada como Campos de Palmas, de modo que estes outros registros aparecem sempre associados a mesma – ou seja, são partes “dos territórios contíguos dos Campos de Palmas”.

O ato de nomear um determinado local não é fortuito. Pode integrar relações de afetividade e identidade, construídas ao longo do tempo (exemplo) ou ainda integrar práticas de apropriação espacial. É uma das formas mais sutis de apropriação espacial. Para esta última, que é aquela identificada neste trabalho, o ato de nomear funciona como estratégia

⁷ Ver: Capile, Bruno; Vergarra, Moema. O desenvolvimento do fototeodolito e seu uso na fronteira entre Brasil e Argentina. História Unisinos 18(1):104-113, Janeiro/Abril 2014

⁸ Conforme registro Revista do Instituto Historico e Geographico do Brasil, Tomo XIV de 1851, p. 425 a 438.

para assegurar as posses pretendidas, por meio de uma prática de semantizar o espaço, de modo que essas nomenclaturas eram funcionais a expansão ou ao domínio, alicerçada também através de um discurso territorial que vinculava um nome ao espaço, manifestado sobretudo nas documentações cartográficas, que tornavam público quem de fato ocupava referida área. E ao não articular o topônimo à nenhuma composição indígena anterior, como por exemplo, Ibituruna, também possibilitava efetuar um corte estratégico na sequência de informações registradas. Isso porquê, ao desvincular com o registro Ibituruna, também desvincula dos documentos cartográficos que tornaram público ao mundo que aquela área era assim conhecida. Tais documentos cartográficos, precisamente croquis, eram de confecção dos padres matemáticos das Missões Jesuíticas e serviam para elaborar outros mapas com as informações registradas. Tais peças cartográficas expressavam que em um contexto anterior, atuando naquele espaço estavam os missionários jesuítas, que por serem espanhóis, parte do pensamento político argentino interpretava que a herança territorial jesuítica competia aos países que foram colônias da Espanha e não da Coroa de Lisboa.

Assim, além de interiorizar a presença imperial com a ocupação dos Campos até atingir uma posição estratégica para a inserção de uma nodosidade (RAFFESTIN, 1993), também passou a ter construído uma história territorial que atrelava determinados eventos (incursões, revoltas, etc) e informações (demográficas, econômicas, religiosas, etc) à um determinado topônimo. Nessa perspectiva os topônimos seriam como componentes de um sistema geopolítico usados para desencadear leituras espaciais no interior de um discurso territorial, neste caso, especificamente em um discurso fronteiriço. Com este emprego atribuem sentido não apenas ao local que demarcam, mas também à unidade espacial que era integrada por meio do discurso, construindo desse modo, uma cartografia mental dotada de sentido. Um corpo de termos dentro de um discurso, que indicam relações de poder tecidas sobre o espaço desejado, aparecendo, portanto, como parte do discurso fronteiriço construído e colocado em ação nas questões litigiosas.

Sobre as práticas políticas articuladas ao topônimo de Campos de Palmas foram mais expressivas após 1881, quando é retomada a questão litigiosa entre Argentina e Brasil⁹ (além dos dados demográficos advindos do recenseamento de 1890, incluem ainda informações sobre as produções econômicas, prédios urbanos e rústicos, controle da colonização mediante

⁹ Esse litígio foi estudado em: Moraes, Cristina de. O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil », *Confins* [En ligne], 30 | 2017. E também na tese de doutoramento da mesma autora – Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense (1880-1940).



Figura 03: Parte da Carta Corográfica do Paraná, ano de 1882.
Fonte: Arquivo Histórico do Exército.



Figura 04: Parte da Carta da Província de Corrientes e da Província de Misiones, 1865.
Autor: Martin de Moussy.

A sutil sugestão do Barão do Rio Branco, mencionada na introdução deste trabalho, de realizar uma substituição da identificação da questão litigiosa, evidencia a importância política e semântica em articular topônimos com um conjunto de dados e de uma história/ou imagem espacial forjando uma unidade. O que ocorre quando ele sugere esta mudança é a percepção da importância de não possibilitar uma articulação de todo um trabalho de conquista espacial (com políticas territoriais e cartográficas também) que foram desenvolvidos ao longo dos dois últimos séculos, ser vinculado com a significação proposta

pelo oponente¹¹. A assimilação no Brasil como Questão das Missões era usual na época, não era indagado sobre a nomenclatura do litígio. Nas páginas seguintes, estão disponíveis duas imagens que possibilitam ao leitor confirmar o predomínio desta identificação. A primeira (Figura 05) refere-se a uma exposição feita acerca do Tratado de Montevideo (1890), organizado por Quintino Bocaiuva. Nesta é perceptível a identificação como Missões. Na segunda imagem (Figura 06), que também se refere ao mesmo tratado, a criança a ser “partida” entre as duas mulheres (que representam as duas repúblicas), que corresponde a área litigiosa possui a identificação de Missões em sua roupa e não a identificação Palmas.

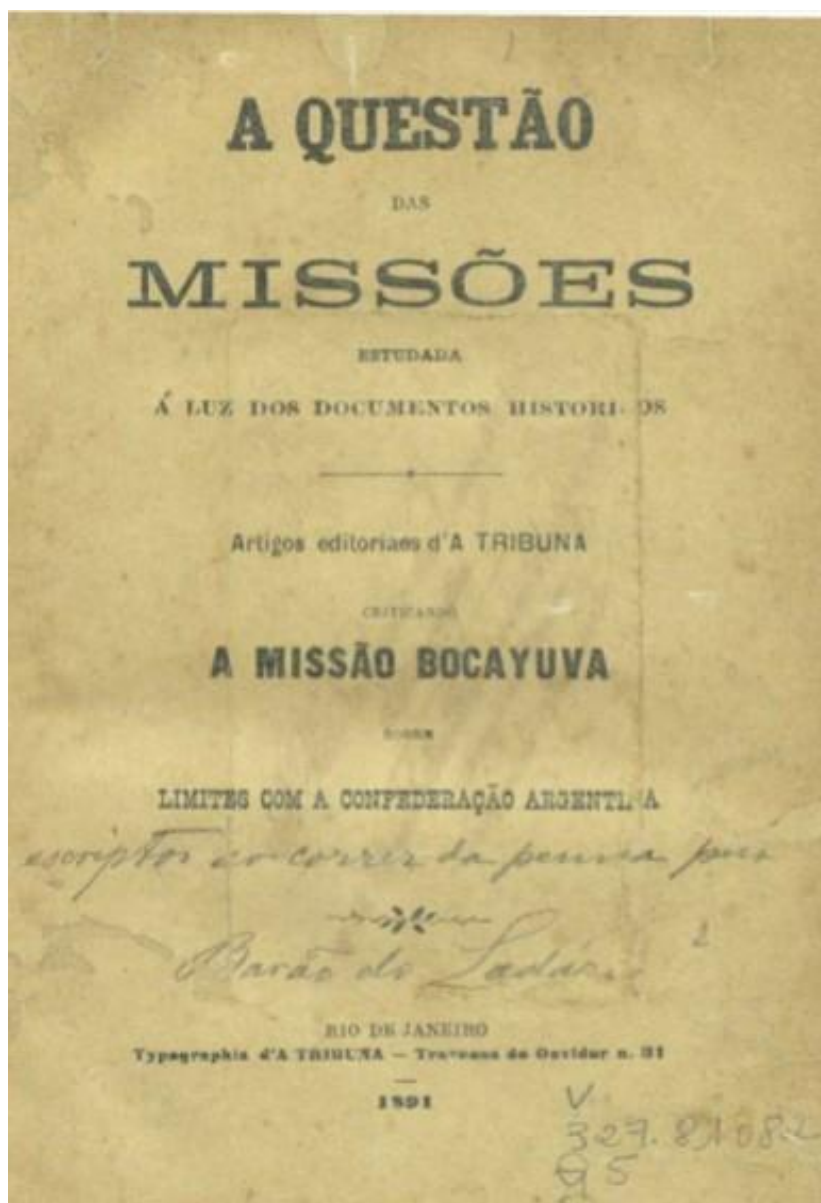


Figura 05: Exposição feita acerca do Tratado de Montevideo (1890), organizado por Quintino Bocaiuva

¹¹ É importante ressaltar que não acredita-se que caso o nome da Questão permanecesse como Missões, isso resultaria em ganho de causa à República Argentina. O enfoque é de explorar em como determinados agentes propõe uma significação espacial e neste caso, emerge como mais um elemento a ser observado a toponímia.



Figura 06: Caricatura do jornal Dom Quixote, na qual a República brasileira se opõe a partilha de Missões (criança). Legenda da Caricatura: Pelo Tratado de Montevideo em 25 de janeiro de 1890, o Sr. Cleveland teria de transformar-se em Salomão dando metade a cada parte contendora. A Nação brasileira, porém, oppoe-se a isso indignada, como boa mãe que era.

Fonte: Vasconcellos, 1954.

A mudança na identificação litigiosa, atribuindo uma maior relação com a argumentação defendida por Barão do Rio Branco, pode ser compreendida como uma estratégia constituinte do território brasileiro. Visto que isso pode ser indicado como a construção de laços semânticos entre o topônimo empregado e usado pelas instituições luso-brasileiras e o reconhecimento da nomenclatura do litígio. Corresponde a uma prática que não é fortuita, mas que concebe que estas pequenas ações, pequenos detalhes podem conferir uma grandeza particular no desfecho da disputa territorial.

Sertão e Chapecó: estratégias, significados e expectativas

Após 1895, quando ocorreu a definição territorial com a República Argentina, havia ainda a indefinição limítrofe entre Paraná e Santa Catarina, assim como, o avanço do projeto de colonização do Brasil meridional que ocorria desde o último quartel do Oitocentos. Deste modo, esses eventos são importantes para compreendermos as significações atribuídas ao nosso objeto de estudo, visto a relação entre a função que a significação deveria cumprir com os interesses em jogo em cada momento.

Foi somente a partir da implantação dos núcleos coloniais (1917) que a identificação de sertão se tornou significativa e presente em documentos que visavam a circulação para além dos trabalhos técnicos do Ministério da Guerra. Essa significação passou a estar presente por meio dos discursos e das propagandas de terras usadas pelas empresas colonizadoras, bem como esteve presente nas falas e discursos proferidos por autoridades políticas¹². É inegável que, após a resolução do litígio com o estado do Paraná (1916), a necessidade de recriar topônimos para identificar as unidades administrativas (municípios) foi sentida com maior pressão pelas oligarquias catarinenses para se refazer o discurso geográfico conforme a posse do Estado. A isso soma-se a necessidade de desvincular-se da associação da Vila de Palmas, que ficou sob tutela do estado paranaense e construir um discurso territorial “catarinense”.

No item anterior foi mencionado sobre o predomínio não apenas do topônimo de Vila de Palmas e Campos de Palmas, como também a construção de um discurso que expressava domínio e controle da área. Nos documentos técnicos destinados à comunicação interna do Estado, ou seja, entre as Colônias Militares e Ministério da Guerra ou ainda em um levantamento feito em 1863, por Marcondes de Sá, a mando também do Ministério da Guerra é possível encontrar o registro do termo sertão. No entanto, a nomenclatura que predomina é Campos de Palmas. Neste caso, nos documentos ou relatórios que descrevem os Campos de Palmas, há a referência que algum ponto, área, ou trajeto do território de Campos de Palmas corresponde à um sertão. Isso pode ser observado na folha da 1ª seção do documento cartográfico identificado como “Levantamento ou Reconhecimento Expedido da picada ou caminho que liga a Vila de Palmas à Porto União”, assinada pelo Coronel José Bormann, diretor da Colônia Militar do Chapecó. A folha da primeira seção está na imagem a seguir, na qual é possível identificar a nomenclatura sertão. O referido termo está inserido na parte direita, partindo do centro da imagem para a parte superior. Logo abaixo desta indicação está o desenho do trajeto realizado na expedição.

¹² Alguns documentos podem ser mencionados como exemplo destes registros. Um deles, é o relatório de campo dos trabalhos de demarcação dos limites entre Santa Catarina e Paraná, disponível no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e na Biblioteca Nacional. No livro “A viagem de 1929” (CEOM) constam dois relatórios feitos na ocasião da viagem do Presidente Konder até o Oeste catarinense em 1929.

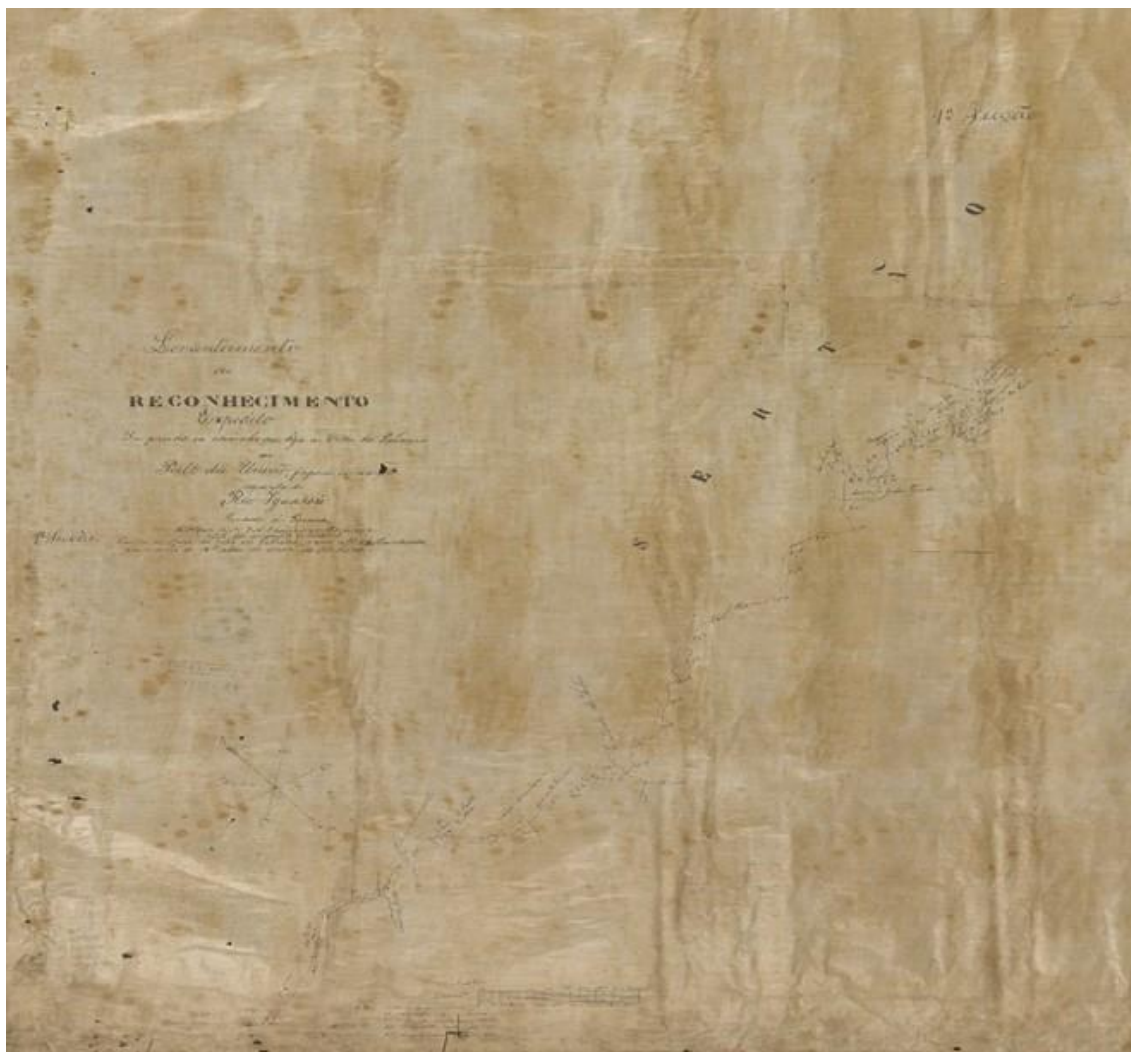


Figura 07: Levantamento expedido pelo Coronel José B. Bormann como parte dos trabalhos da Colônia Militar do Chapecó.

Fonte: Arquivo Nacional.

Entretanto, essa documentação – elaborada pelos militares alocados junto às colônias militares e que estavam destinados a trabalhos do Estado, não detendo grande circulação – era um trabalho técnico de suporte a outros maiores. Estes maiores sim, tinham, possivelmente, maior circulação do que aqueles levantamentos. A demonstração de conhecimento como forma de controle espacial também é uma importante expressão de poder e isso se aplica, sobretudo, no litígio com a Argentina, quando a designação Campos de Palmas é predominante.

Enquanto o litígio com a Argentina estava em curso, a designação era sempre indicativa de conhecimento e domínio: Campos de Palmas predomina majoritariamente, e ainda é possível encontrar algumas identificações para espaços de menor circunscrição, mas adjacentes a Palmas – Campos do Xagu (mais a Noroeste da atual Palmas) – ou como parte, como é o caso dos Campos ou Campinas de Erê (mais a Sudoeste).

Dessa forma, a designação de sertão presente nos documentos de caráter técnico, saiu dos gabinetes para endossar práticas políticas e econômicas nas primeiras décadas do século XX, sendo acompanhada da proposição de transformação espacial por um “povo ideal”. Conforme Moraes, sertão está vinculado a uma área de expansão, indica uma direção para o avanço de uma dada sociedade. Na linguagem lusitana, “as terras interiorizadas, quiçá percorridas, mas não oficialmente mapeadas, dava-se o nome de sertão”. Essas geralmente eram as áreas “apartada do mar, & por todas as partes metida entre terras” – cabendo à ação humana dilatar os confins (BUENO, 2010, p.298). A identificação de áreas que foram assim chamadas não possui características naturais semelhantes que viabilize referida identidade, não sendo, portanto, uma obra da natureza (MORAES, 2003, p.02).

É válido assinalar que, predominantemente em tais áreas, havia o desenvolvimento de economia de autoconsumo, assim como a exploração de ervais tanto por pequenos ervateiros, como por empresas maiores (ALCARÁZ, 2013), o que denota uma contradição importantíssima no emprego deste termo. A ausência nem sempre era somente da presença humana, mas de intervenções significativa nesta e que fosse em conformidade com as práticas capitalistas ou em diálogo com o eurocentrismo. Isso pode ser visto em Avé-Lallement ao afirmar que a região de Lages apresenta “um ar de profundo ermo e abandono. Em parte alguma se encontra uma casa, mas apenas, aqui e ali, vestígios de plantações (1980, p.31) ”. Os vestígios de plantação poderiam corresponder aos roçados desenvolvidos na agricultura de autoconsumo – e que foram transformados em uso ilegal e inadequado do solo pela Lei de Terras (1850). O trajeto de Lages a Sorocaba foi descrito por Saint-Hilaire como “sertão, imenso deserto de matas” (1972, p.233). Há, seguidamente, referências que buscam encontrar algum traço de civilização nos percursos. Na impossibilidade de identificá-los – impossibilidade porque não tinham as tradicionais características capitalistas/eurocêntricas – também não se percebe o tipo de vida que caracterizava as populações; não é exatamente ausência de pessoas, mas a inexistência daquilo que era compreendido como “vida civilizada”. Por não espelhar a imagem que o Ocidente construiu como narrativa, o que era diferente desta imagem foi conceituado como pejorativo.

Embora o ritmo social esteja muito interligado ao ritmo natural nessas áreas, é a ausência de intervenções humanas orientadas para práticas convergentes com o capitalismo e o eurocentrismo que qualificam tais lugares como “sertão”. Em alguns casos, são usados termos correlatos, como “áreas devolutas”, ou “vazios demográficos”, que também denotam a “invisibilidade” da presença humana. Para Moraes, o “sertão” não é um lugar, mas

uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares. Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locacionais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração. (2003, p.02).

É uma realidade discursiva empregada durante a formação territorial, apta a diferentes projetos, apesar de sempre constituir um conjunto de valores e juízos que qualificam uma área de expansão, a qual, de acordo com a leitura de autoridades políticas e viajantes, deveria ser transformada.

Gradualmente, determinadas áreas são transformadas em “sertão”, balizadas pelo desenvolvimento e pela direção da área de expansão de uma dada sociedade ou para novas ondas colonizadoras. O ato de transformar uma área em “sertão” corresponde a um “elemento de argumentação no processo de hegemonização de políticas e práticas territoriais do Estado ou de segmentos da sociedade” (MORAES, 2003, p.03). Assim, faz-se uma significação que opera pela contraposição de duas formas de ocupação do espaço: ou é qualificado como vazio, ou como atrasado/bárbaro. Neste último, é quando reconhece que referida área é ocupada, construindo-se uma argumentação que a descreve como pejorativa e a hierarquiza como inferior. Corresponde a uma estratégia retórica construída sobre a dualidade do discurso, pois para ser possível hierarquizá-la, é necessária a dualidade, na qual a outra face configura o modelo ideal de sociedade, aquela que é inspiração para comandar as alterações e a desconstrução do “sertão”. Adquiria predicativos de mobilidade –na medida em que a civilização/modernidade adentrava o interior, o “sertão” deslocava sempre a frente, em uma constante plasticidade. No pensamento social brasileiro, a dualidade predominante é a contraposição com o litoral, cuja organização sócio-espacial possuía mais elementos capitalistas e eurocêntricos, o que a possibilitava ser identificada como sinônimo de civilidade, ilustração ou modernidade. Para Vidal e Souza (1997), a literatura tematizou essa representação como um problema e destino coletivo da nação. Para a autora, esses discursos são cartografias sociográficas que possibilitavam a orientação para ações políticas.

Exemplo emblemático do uso dessa significação são as “impressões” elaboradas durante a *Viagem de 1929*, posteriormente circuladas no jornal “A República” de Florianópolis, apresentadas na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, disseminadas em livros e também através de um álbum de fotografias. A comitiva chefiada pelo governador do estado de Santa Catarina composta por diferentes profissionais e pessoas ligadas ao governo – historiador, chefe de polícia, agrimensores, consultor jurídico, deputados e outros – partiu de Florianópolis até Extremo Oeste catarinense. Os dois livros publicados são de “O

Oeste catarinense – visões e sugestões de um excursionista” de Arthur Ferreira da Costa, que foi publicada também no jornal “A República” de Florianópolis e “Aos espanhoes confinantes” de Othon Gama D’Eça. A conferência de José Arthur Boiteux intitulada “Oeste catarinense: de Florianópolis a Dionísio Cerqueira”¹³, foi ministrada na Centro Catarinense, no Clube XII de Agosto (de Florianópolis) e na Sociedade de Geographia (RJ).

Decorrido pouco mais de uma década do início da colonização, aconteceu, então, a *Viagem de 1929*. Também chamada de Bandeira de Konder, em alusão às bandeiras vicentinas que adentravam sertões para a conquista territorial, divulgou como objetivos oficiais: conhecer melhor a região interiorana; assinar convênio policial com o Rio Grande do Sul, acordado em Iraí (RS); efetuar decisões sobre estradas de acesso e questões limítrofes com o Rio Grande do Sul; organizar diretórios políticos; e implantar escolas primárias. Todavia, outros interesses também são apontados implicitamente como busca de maior controle e integração com população que residia em colônias implantadas em locais distantes (que buscavam na Argentina o comércio, educação e registros cíveis), bem como dissipar representações associadas ao conflito do Contestado e da Coluna Prestes¹⁴, o que, na visão do Estado, ameaçava o possível sucesso das colônias implantadas pela iniciativa público-privada, conforme pode ser localizada na seguinte passagem de Boiteux:

Acabo de citar, entre outros logares, Irany. Este nome, disse-o Othon d’Eça, levanta do fundo de nossa memória uma grande poeira de lembranças tristes. Recorda toda a tragédia imensa que tivera início entre aquelas coxilhas empenachadas de butiazeiros, no tempo do fanatismo alucinado de caboclos brancos mas intrepidos (BOITEUX, 1929, p.87).

Em quase trinta dias de viagem, em que se buscava representar um marco de passagem entre o abandono e o pertencimento à brasilidade, relatos e impressões vão transcrevendo o possível futuro promissor da região que os colonos migrantes estavam vislumbrando, com espaços que, até então, na concepção estatal, estavam entregues ao abandono e à criminalidade. Um dos relatos sobre a viagem foi feito pelo Chefe de Polícia do estado de Santa Catarina, Arthur Ferreira da Costa. A escrita deste menciona frequentemente a questão da criminalidade – possivelmente influenciada pela função desempenhada pelo mesmo. Sua narrativa menciona essa temática com frequência, relacionando-a com resquícios de um tempo que gradativamente transformava-se em passado, substituído por outro construído a partir dos colonos, marcado por progresso e civilização. Tais associações possuem afinidades

¹³ Ambos os textos estão publicados como fac-similar em CEOM, *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Chapecó, Argos, 2005.

¹⁴ A Coluna Prestes teve como percurso as estradas situadas no extremo-Oeste catarinense.

com as demais leituras e interpretações construídas sobre áreas chamadas de sertões, conforme mencionamos no início deste item.

O combate ao banditismo e as garantias de vida e da propriedade foram bem e eficazmente orientadas com o Convenio policial e com o plano de criação da escolta volante, complemento daquela medida. Com tais providências o progresso, que ali vinha raiando, terá um rápido apogeu de grandeza e o nome do presidente Konder, que foi muito festejado, terá, no futuro, um eco memorável. (COSTA, 1929, p.20).

Do outro lado, em nosso território, fica o município de Chapecó, formidável em tamanho, com as margens do Uruguay já povoadas em muitos trechos, mas pontilhadas ainda de parcelas deshabitadas e selváticas. Ali o banditismo assentou sua tenda. (COSTA, 1929, p.26)

O convênio mencionado refere-se à acordo entre os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para facilitar a captura de foragidos da justiça. O que chama a atenção neste evento, é que o mesmo foi assinado no interior e não em uma das capitais estaduais, como era a prática corrente. Medida esta que servia para endossar a interiorização das autoridades e reforçar sua influência política sobre os povoados.

Outra passagem que chama a atenção é a atribuição de que futuramente a região poderia se tornar a capital econômica do estado. Esse discurso foi posteriormente apropriado pelos poderes locais para construir a identidade regional a partir da categoria trabalho (RENK, 2005).

As *thermas* do Chapecó representam uma das imensas riquezas daquela região privilegiada que ainda ha de ser, senão a capital política, pelo menos e *seguramente a capital economica de Santa Catarina*. Falta-lhe, em grande parte, contacto com a civilização, rodovias, ordem, garantias, justiça, instrução primária e cívica, brasileiras. Com seu gesto bandeirante, de difícil imitação pelo esforço, resistência e coragem que reclama, fez o presidente Adolpho Konder o descobrimento dessa zona (...). (COSTA, 1929, p.38, grifos nosso).

Nos escritos de Boiteux (1929), tal procedimento discursivo também se repete: é evidente a construção de enredo textual que contrapõe um tempo precedente marcado por adjetivos negativos em contraposição ao ambiente encontrado durante as visitas, bem como o futuro promissor que as colônias poderiam alcançar. Assim, o espaço é que tornou-se sujeito das condições que mencionava ao longo do texto, como na seguinte passagem:

E nesse querer encontrou s.exa. a força necessária para vencer, como venceu, a distância e a dificuldade de meios de comunicação para uma zona a que se abrem largos horizontes e admiráveis perspectivas, e na qual desabrocham reservas econômicas como que infundáveis. Região inculta e desconhecida, que, banhada pelos rios Uruguay, Pepery-guassú e Chapecó, é como que uma nova Canaan, convida, assegurando remuneradores resultados, a cooperação da intelligencia e do braço do homem disposto a trabalhar (BOITEUX, 1929, p. 7-8)

Apesar de ser mais descritiva, e de as manifestações de valores aparecerem com menos frequência, a imagem construída em relação ao “sertão” ou aos núcleos coloniais não é distinta daquela apresentada por Costa, como pode ser observado na seguinte passagem:

Influenciados pela constante corrente emigratória que procede do Rio Grande do Sul – e os novos colonos para as glebas catarinenses já são todos nascidos no visinho Estado sulino, descendentes de italianos e alemães, toda uma gente forte e decidida, dispostas ao trabalho, levando aqueles rincões, até há pouco incultos por abandonados, a prosperidade e a riqueza – os referidos lugares apresentam agora apreciáveis elementos de progresso. (BOITEUX, 1929, p. 10)

“Incultos por abandonados” subtrai da historiografia catarinense o povoamento e as relações construídas pelo *ethos* caboclo. Desse modo, também adensava a sua contribuição no processo de ocultação das populações caboclas. Num contexto em que muitas viagens e incursões adentravam espaços desconhecidos para a interiorização do país, os sertanejos de Santa Catarina também recebiam das autoridades a sentença do seu desaparecimento.

Ainda falando deste evento simbólico de 1929, o encontro com autoridades locais, sejam políticos, religiosos, fazendeiros, comerciantes, órgãos do estado, estabelecimentos de serviços ou um encontro político com outro presidente de província – mas realizado no interior do estado, bem como os constantes registros fotográficos, sejam do encontro com estas autoridades ou ainda dos discursos que Konder realizava quando chegava aos núcleos coloniais, bem como nos marcos de fronteiras (com Argentina e com Paraná), em alguns dos riachos nomeados e registrados – são fatos que informam como existia uma preocupação saliente em conquistar, incorporar efetivamente este espaço e suas gentes, era preciso evidenciar que por onde passava a Bandeira deixava marcas da civilização. Também é oportuno salientar que o fato de os escritos de Costa terem sido publicados em jornal acabou atingindo um público maior do que se tivesse ficado restrito a um livro ou apenas as conferências – como foi feito por Boiteux. Tem importância nesta disseminação de valores, o álbum fotográfico que foi distribuído a algumas famílias.

É oportuno destacar, ainda, a necessidade de tornar conhecida uma região recentemente incorporada ao domínio das oligarquias catarinenses e recriá-la em conformidade com as aspirações das autoridades e frações da classe dominante. Tal afirmação decorre de que, embora a viagem ocorra da capital até o extremo Oeste, a maior parte dos registros fotográficos e das impressões refere-se à porção ocidental do estado. O nome atribuído ao livro de Costa e à conferência de Boiteux também se refere ao Oeste Catarinense, e não somente à viagem realizada pela comitiva. Na imagem a seguir, também

registrada no evento de 1929, foi registrada parte das matas da região Oeste. Na parte inferior da figura, é possível constatar que era identificada como sertão.



Figura 08: Registro fotográfico realizado na viagem de 1929. Na legenda está registrado: a imensidão do sertão catarinense.

Fonte: CEOM, 2005.

A Bandeira Konder pode ser interpretada como um rito de conquista e de instituição, tomando os ritos como portadores de “propriedades de processos produtores de uma qualidade, pela transformação de fatos ordinários em extraordinários” (RENK, 2005, p.109) que tendem a “consagrar ou legitimar, isto é, a fazer desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário” (BOURDIEU, 1996, p.97-98 apud RENK, 2005, p.110). Pode ser compreendida como um ato inaugural e de efetivação de posse (RENK, p. 120-121) por parte do governo catarinense – uma exibição de poder e instituição de uma referência de autoridade – uma conquista ancorada no conhecimento e no fazer ser conhecido.

O emprego do termo *sertão* ou de termos que evocam o mesmo sentido (vazio demográfico, áreas incultas, devolutas etc.) durante o processo de comercialização das terras visava, também, atribuir coesão à “*linguagem, pensamento e ação*”, que é uma das funções da ideologia: fazendo acreditar que as terras eram efetivamente desocupadas ou que as moradias existentes efetivamente fossem ilegais¹⁵, negava o ato da expulsão dos moradores.

¹⁵ Correspondiam a famílias de caboclos e indígenas que já residiam há gerações nestas áreas, todavia, sua forma de uso da terra foi transformada em ilegal pela Lei de Terras, uma vez que esta não reconhecia os roçados.

Sobre o emprego do termo *sertão* para designar áreas, convém indicar uma especificidade advinda do uso estratégico acomodada no contexto histórico-geográfico: predominantemente essa designação é usada diante das baixas interferências e da presença humana e, conforme esta última vai aumentando, o emprego do termo é reduzido. No entanto, se observarmos as designações realizadas antes e após 1920, depreende-se o contrário. Percebe-se, então, que a designação de “sertão” como espaço não portador de elementos da civilização capitalista¹⁶ também é aplicada para o Oeste catarinense, ao mesmo tempo em que se identifica a área como Oeste de Santa Catarina, ou município de Chapecó. Sendo esta última denominação claramente associada aos limites cartográficos demarcados após 1916, enquanto a primeira se refere a uma qualidade da área. Assim, a “barbárie/inculto” convive com o “progresso/moderno”, acima de tudo, nos primeiros anos de colonização e também para referir-se a uma condição do passado. É possível afirmar que *sertão* é empregado concomitantemente para o Oeste/Chapecó, mas expressando uma condição transitória, anacrônica, que remete ao passado, cuja conversão acontecerá mediante a implantação de núcleos coloniais e desenvolvimento da policultura para mercado interno. É por meio da associação desse topônimo, atribuído após a resolução dos litígios, concomitantemente à implantação de infraestruturas de transportes, controle fiscal, arranjos arquitetônicos, desenvolvimento mais intensivo de cultivos a modificar a paisagem, entre outros, que fazem com que emergja a interpretação de que o Oeste surge materialmente após a resolução dos litígios.

Alinhando uma resposta: é possível apostar na hipótese que a condição de fronteira implicou alguma especificidade no emprego terminológico e significados?

Ao expor o contexto em que os topônimos e termos foram empregados, foi possibilitando analisar o papel que os mesmos cumpriam na formação territorial. Por ser uma área de fronteira a sequência provável do emprego dos termos esteve condicionada a disputa territorial. Como foi afirmado ao longo do trabalho, seria mais esperado que a designação *sertão* aparecesse antes de Campos de Palmas, sem reaparecer posteriormente.

É oportuno considerar que a questão toponímica nestes processos fronteiriços é muito peculiar nesta disputa platina, visto, que dentre os pontos de discordância entre os dois Estados, situava exatamente a localização dos dois rios tomados como divisores durante a

¹⁶ Tomo essa expressão emprestada de Fernandes (1981) para designar a associação entre valores sociais, organizações institucionais que convergem com a sociedade de mercado, favorecendo o desenvolvimento desta última.

elaboração dos tratados limítrofes. A localização dos topônimos, ou mesmo os topônimos empregados para identificar pontos estratégicos (como as Quedas do Iguaçu, os Campos de Palmas, etc) também integram o conjunto de divergências que demarcaram a questão litigiosa.

Isso supõe a hipótese de que a construção do discurso fronteiriço (limítrofe) e a atribuição dos topônimos eram práticas geoestratégicas tecidas conjuntamente para conformar um corpo retórico, alicerçado em representações cartográficas e textuais, sem desatentar para os processos internos de formação territorial.

Assim, os topônimos seriam como componentes de um sistema geopolítico usados para desencadear leituras espaciais no interior de um discurso territorial, aqui, especificamente em um discurso fronteiriço. Atribuem sentido não apenas ao local que demarcam, mas também à unidade espacial que era integrada por meio do discurso territorial, construindo desse modo, uma cartografia mental dotada de sentido. Um corpo de termos dentro de um discurso, que indicam relações de poder tecidas sobre o espaço desejado, aparecendo, portanto, como parte do discurso fronteiriço construído e colocado em ação nas questões litigiosas.

O que se observa é que a construção de um aporte linguístico para designar os fenômenos construídos pelas sociedades e unidades políticas adquire conotações próprias de acordo com o momento histórico e no interior de uma dada organização. Assim, é possível afirmar que esses termos, de natureza histórica, cultural, social e política, expressam (ou/e indicam) as formas como cada sociedade concebia sua relação com o espaço por meio do ângulo da posse e da dominação. A necessidade de delimitações precisas, ou seja, de limites, é própria do Estado Moderno, cuja recorrência coincide temporalmente com o avanço científico na cartografia e astronomia.

Igualmente, se observamos as considerações sobre a área que consta no dossiê elaborado por Rio Branco, existe a referência ao povoamento e suas atividades. Com a comercialização das terras, momento em que existia um acervo cartográfico superior àquele durante a questão litigiosa, é que o uso da significação de “sertão” para o Oeste catarinense adquire expressividade. O que é contraditório, mas totalmente sincrônico com as práticas de expansão peculiares a área: a atribuição do nome de Campos de Palmas à área deu-se sobretudo atrelado ao interesse de assegurar/incorporar este espaço ao patrimônio territorial do Brasil durante a existência do litígio internacional, ou seja, antes de uma semantização que

propõe uma área vazia (sertão). A nomenclatura comum atribuída a essa área, além da identificação Campos de Palmas, repousa como fronteira – o que de fato era.

Desse modo, o não emprego da designação *sertão* para uma área que poderia ser assim denominada, pois demandava intervenções para integração, configurava um posicionamento estratégico, inclusive para contrapor as alegações opostas que reiteravam o total abandono que o Império do Brasil havia relegado àquela zona, conforme Zeballos (1894) afirma no dossiê submetido ao arbitramento. Assim, a não identificação de uma área interiorana como *sertão*, mas somente sob identificação de Campos de Palmas, era um procedimento para denotar conhecimento territorial, evitando consolidar as proposições do oponente.

Assim como o saber de caráter empírico, produzido demasiadamente pelos engenheiros militares (BUENO, 2011; GOLIN, 2011) serviu para orientar ações, intervenções territoriais e demarcar limites, em conjunto com outros gêneros literários (como ensaios, crônicas de viagens etc.) serviram para a produção de imagens geográficas dos espaços. Estas últimas sejam elas a manifestação de um conjunto de saberes e técnicas para conhecer o espaço, sejam um conjunto de representações para sustentar discursos e projetos ideológicos, consubstanciaram a formação material dos territórios, ressaltando o duplo caráter que se soma nesse processo¹⁷. Nessas condições, são imagens que comportam um discurso que visa orientar relações sócio espaciais, leituras, projetos e sentimentos de identidade (ANDERSON, 2008)¹⁸.

Referências

- AGNEW, John; CORBRIDGE, Stuart. Mastering space: hegemony territory and international political economic. London, New York, Routledge, 1995.
- ALCARÁZ, Alberto Daniel. La gestacion de una elite local durante la explotacion yerbatera-maderera en el Alto Paraná (1870-1920) - Domingos Barthe um representante paradigmático. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Antropologia Social. Universidad Nacional de Misiones, Posadas, 2013.
- AMADO, Janaina. Região, sertão e nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol.08, n 15. p.145-151;1999.
- ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Reflexão sobre a origem e difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

¹⁷ Vinculada ainda com esse trabalho de produção e leituras espaciais está a própria conformação da ciência geográfica que caracterizada pelo levantamento empírico, descrição, classificação e investigação precedeu a Geografia Moderna (CAPEL, 1999).

¹⁸ Benedict Anderson em “Comunidades Imaginadas” propõe que a criação da comunidade nacional, como um conjunto de pessoas que compartilham um sentimento comunitário e de pertencimento ocorre mediante um conjunto de ações discursivas entre do mapa, museu e censo. Não compartilho da ideia que o Brasil corresponda a uma nação – como proposto nos moldes do pensamento ocidental, mas compreendo-o como um Estado territorial, no qual o termo e concepção de Nação funcionam como ideologia para encobrir aos conflitos de classes estabelecidos. Como um exemplo é só observarmos a articulação entre a disseminação das relações capitalistas e o discurso de “obreiros da nação” presente nas falas das oligarquias catarinenses quando se referiam aos colonos migrantes.

- AVÉ-LALEMENT, Robert. Viagens pela Província de Santa Catharina, Paraná e São Paulo (1858). São Paulo; Ed. USP, 1980.
- BOITEUX, José Arthur. Oeste Catharinense – de Florianópolis a Dionísio Cerqueira. (1929) In: CEOM. A viagem de 1929. Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Ed. Argos. Chapecó. 2005.
- BUENO, Beatriz Picoloto Siqueira. Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). EdUSP, São Paulo, 2011.
- CAPEL, Horácio. O nascimento da ciência moderna e a América: o papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Trad. Jorge Ulises Guerra Villalobos. Maringá: Eduem, 1999.
- CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: O discurso competente e outras falas. 10 ed. São Paulo: Cortez. 2003.
- COSTA, Arthur Ferreira da. O Oeste catharinense – visões e sugestões de um excursionista (1929). In: CEOM. A viagem de 1929. Oeste de Santa Catarina, documentos e leituras. Ed. Argos. Chapecó. 2005.
- GOLIN, Tau. Cartografia da Guerra Guaranítica. In: Anais do Primeiro Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. 2011.
- KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 39-.61 jul.- dez. 2009.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e história no Brasil. São Paulo, Hucitec; AnnaBlume. 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. “O sertão: um ‘outro’ geográfico”. Revista Terra Brasilis. Rio de Janeiro, 2003, p.II – 23.
- MORAES, Cristina de. O Mapa do Território Nacional de Misiones (1881) na conjuntura da disputa territorial entre Argentina e Brasil », *Confins* [En ligne], 30 | 2017.
- MORAES, Cristina de. Uma velha moldura habitada por silêncios, um fundo territorial e seis verbos para integrar: a formação territorial do Oeste catarinense (1880-1940). Tese de Doutorado em Geografia, Unesp- Rio Claro/SP, 2018.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Ed. Ática, São Paulo. 1993.
- RENK, Arlene. A luta da erva. Um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense. 2ª ed. Revisada. Argos, Chapecó, 2006.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro. 7ª Ed. Bertrand Brasil. 2005.
- VASCONCELLOS, Mario de Barros e. O Barão do Rio Branco: uma biografia. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1954.
- VIDAL E SOUZA, Candice. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Ed. Da UFG, Goiânia, 1997.

VIDAL E SOUZA, Candice. Fronteira no pensamento social brasileiro: o sertão nacionalizado. In: Sociedade e Cultura, 1 (1), p.55-61, jan/jul, 1998.

ZAMORA, Margarita. Para uma cartografia das descobertas: mapas/viagens/texto. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 38, dez.1993.

THE CREATION OF FUNCTIONAL GEOGRAPHICAL SIGNIFICATIONS ASSIGNED TO THE BORDER IN THE WEST OF SANTA CATARINA DURING TERRITORIAL FORMATION (1880-1940)

Abstract:

The present work aims to discuss the meanings, toponyms and functional geographic discourses that were attributed to the current West of Santa Catarina, during the period of 1880-1940. In addition to analyzing their functionality, the possibility of a specificity arising from the border condition and the existing dispute with the Argentine Republic is also analyzed. It is explored how the articulation between the arrangement of place names in cartographic representations or texts in a given space can operationalize a specific reading and interpretation about that space.

Keywords: *Place-names. Frontier. Litigation. Geographic Discourse.*

LA CREACIÓN DE SIGNIFICADOS GEOGRÁFICOS FUNCIONALES ASIGNADOS A LA FRONTERA EN EL OESTE DE SANTA CATARINA DURANTE LA FORMACIÓN TERRITORIAL (1880-1940)

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo discutir los significados, topónimos y discursos geográficos funcionales que se atribuyeron al Occidente actual de Santa Catarina, durante el período 1880-1940. Además de analizar su funcionalidad, también se analiza la posibilidad de una especificidad derivada de la condición fronteriza y la disputa existente con la República Argentina. Se explora cómo la articulación entre la disposición de los nombres de lugares en representaciones cartográficas o textos en un espacio dado puede operacionalizar una lectura e interpretación específicas sobre ese espacio.

Palabras clave: *topónimos. Frontera. Litigio. discurso geográfico.*

Submetido: 30/04/2020

Aceite: 23/05/2020